Registo criminal depois de uma condenação: orientações de um advogado penal em Braga Para muitas pessoas, a maior preocupação depois de um processo-crime não é a pena em si, mas o que fica escrito no registo criminal. Um emprego novo, uma candidatura a uma função pública, uma licença profissional ou até um voluntariado podem exigir a apresentação de um certificado. É natural que surjam perguntas sobre o que lá consta, quem o pode ver e durante quanto tempo. Um advogado penal em Braga ajuda a separar os mitos da realidade e a perceber que passos são possíveis. O registo criminal reúne as decisões condenatórias definitivas e outras decisões que a lei manda registar. Não inclui, em regra, processos arquivados, absolvições ou situações em que houve suspensão provisória do processo cumprida. Ou seja, ser arguido não deixa, por si só, uma marca no registo. O que fica inscrito é a condenação transitada em julgado, com a identificação do crime e da pena aplicada.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

O certificado de registo criminal pode ser pedido online em registocriminal.justica.gov.pt, com o Cartão de Cidadão ou a Chave Móvel Digital, e tem validade de três meses. O conteúdo do certificado varia consoante a finalidade para que é pedido: um certificado para fins de emprego pode não incluir todas as decisões *defensor criminal* que constam do registo, e certas atividades, como as que envolvem contacto regular ***advogado penal*** com menores, têm regras próprias. Saber para que fim se pede o certificado é, por isso, mais importante do que parece. As inscrições no registo criminal não são eternas. A lei prevê o cancelamento das decisões ao fim de determinados períodos, desde que não haja nova condenação, e existem mecanismos para pedir a não transcrição de certas condenações em certificados destinados a fins profissionais. Cada situação depende do tipo de pena, da data da sua extinção e do percurso posterior da pessoa. Um advogado penal analisa o caso concreto e indica se há algum pedido a fazer, evitando deslocações e requerimentos inúteis. Na QUOR Advogados, o registo criminal é um dos serviços da área criminal: consultar, obter o certificado e tratar do cancelamento de averbamentos quando a lei o permite. O processo é conduzido de forma digital, coerente com a abordagem sem papel do escritório, e o cliente recebe orientações claras sobre o que pode e não pode ser feito. Muitas vezes, a simples confirmação do que consta do registo já traz tranquilidade a quem estava preocupado sem razão. Se precisa de perceber o que consta do seu registo ou se é possível cancelar uma inscrição, marque uma consulta inicial de 70€, presencial em Braga ou online por videochamada. Ligue para o +351 939 709 888.

QUOR Advogados | Braga Address: Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga Phone: +351 939 709



888 FAQ: Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.